

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE MÚSICA LICENCIATURA

AYRON TEIXEIRA ROCHA

ESTÁGIO:

aspectos gerais e breve relato de experiência na docência musical

São Luís
2012

AYRON TEIXEIRA ROCHA

ESTÁGIO:

aspectos gerais e breve relato de experiência na docência musical

Monografia apresentada ao Curso de Música da Universidade Federal do Maranhão para obtenção do grau de Licenciatura em Música.

Orientadora: Prof^a Dra. Maria Verônica Pascucci

São Luís
2012

AYRON TEIXEIRA ROCHA

ESTÁGIO:

aspectos gerais e breve relato de experiência na docência musical

Monografia apresentada ao Curso de
Música da Universidade Federal do
Maranhão para obtenção do grau de
Licenciatura em Música.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Maria Verônica Pascucci (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Leonardo Corrêa Botta Perreira
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Nelson Nunes Silva
Universidade Federal do Maranhão

Àqueles que sonham por dias melhores...

Àqueles que acreditam na educação...

À minha avó paterna, Terezinha Rocha (*in memorian*).

Ao meu Professor de Saxofone, Tomaz de Aquino Leite (*in memorian*).

À família, constituída pelos irmãos Adryano, Adricyla, Ayrlon, Ayrlla, Áurea (mãe) e Azarias (pai).

AGRADECIMENTOS

São tantos os “obrigados” que não sei nem por onde começar. No entanto, a ordem na qual vou mencioná-los não significa maior ou menor importância ou qualquer coisa parecida.

A Deus, pelo sentimento que me foi dado e, ao poucos, vem sendo aprimorado...;

A Áurea Rocha (mãe), Azarias Rocha (pai), Ayrla Rocha (irmã, graduada em fonoaudiologia), Ayrlon Rocha (irmão, graduado em Administração), Adricyla Rocha (irmã, graduanda em Odontologia), Adryano Rocha (irmão, graduando em Engenharia) pela paciência, respeito e, sobretudo, o amor;

Aos colegas de turma: Tayane Trajano (flautista), Renato Augusto (trombonista e violoncelista), Thaynara Oliveira (violinista e cantora), Sérgio Carvalho (baixista), Isabela Queiroz (trombonista), Paulo Roberto (clarinetista), Kathia Salomão (violoncelista), Leonardo Corrêa (regente), Flávia Balboa (baterista), Alan Fonseca (clarinetista), Ticiane Sá (cantora), Tiago (bandolinista), Washington Reis (trompetista), Marcio Boás (violonista), Gonzaga (saxofonista), Marcio Glan (guitarrista), Marcelo Rebelo (tecladista), Vilcimar Garcez (regente), Melannie Carolina (baixista), Gabriel Asafe (cantor e compositor do Hino da UFMA), Darlivan Eduardo (saxofonista), Neto (guitarrista), Seu Zé (clarinetista).

À minha orientadora, a qual teve enorme paciência, dedicação e que, sobretudo, acreditou no trabalho, sendo carinhosamente é chamada de, “professora Verônica”.

A todos os professores do curso, em especial: Profº. Ms. Guilherme Ávila, Profº. Ms. Gustavo Benetti, Profº. Dr. Ricieri Zorzal, Profº. Ms. Daniel Cerqueira... Profª. Drª Maria Verónica Pascucci.

A todo o corpo discente e docente da Escola de Música do Estado do Maranhão (EMEM), especialmente, Sr. Diretor Raimundo Luis, por abrir as portas para estagiários/ universitários. Ao Profº. Charles Melo, pela oportunidade de “ceder” os seus alunos. Ao Profº. Roberto Froes, pela supervisão técnica.

À escola na qual aprendi esta magnífica arte, Cintra, com o Profº. José Ribamar (baixista) e, em seguida, Luis Augusto (trombonista);

À Escola de Música do Bom Menino do Convento das Mercês, pelo aprimoramento da teoria e prática em saxofone. Também à pessoa de Suely Celeste (secretária), Nielza Paula (pedagoga), Francisco de Assis (assistente pároco). A todos os professores de saxofone, em especial: Tomaz de Aquino Leite (*in memoriam*), José Ribamar Vieira, Nelma Carafunim, Eduardo Sampaio, Soraine Santos, e Magno.

"Se não reconstruirmos a educação, as sociedades modernas se tornarão um grande hospital psiquiátrico. As estatísticas estão demonstrando que o normal é ser estressado, e o anormal é ser saudável [...]. Detrás dos piores alunos há um mundo a ser descoberto e explorado."

Augusto Cury

RESUMO

O presente trabalho é um relato de experiência na docência em Música sob a modalidade de Estágio Supervisionado, o qual se teve a oportunidade de realizar, na Escola de Música do Estado do Maranhão “Lilah Lisboa de Araújo”. Trata-se, pois, das dificuldades encontradas ao longo de seis meses, que foram vivenciadas em sala de aula. Serão abordadas várias modalidades de estágio existentes, a realização de diálogos na unidade entre teoria e prática, um breve apontamento quanto à legislação de estágio no Brasil e ao final, serão discorridas algumas dificuldades existentes na exposição escrita a seguir.

Palavras-chave: Relato na docência; Dificuldades; Estágio.

ABSTRACT

This paper reports on experience in teaching music in the form of supervised internship, which we had the opportunity to perform at the Escola de Música do Estado do Maranhão “Lilah Lisboa de Araújo”. It is therefore the difficulties encountered over six months, which have been experienced in the classroom. It will address various modes of existing stage, conducting dialogues in the unity of theory and practice, a brief note about the law internship in Brazil and in the end will discorridas some difficulties in following written statement.

Keywords: Reporting in teaching; Difficulties; Stage.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	ESTÁGIO: CARACTERÍSTICAS GERAIS.....	12
2.1	Conceito.....	12
3	LEGISLAÇÃO DE ESTÁGIO.....	20
3.1	Um pouco de história.....	20
3.2	Lei de Estágio nº 11.788 de setembro de 2008.....	21
3.3	Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE-UFMA).....	23
4	RELAÇÃO ENTRE A TEORIA E PRÁTICA.....	26
5	BREVE RELATO DE EXPERIÊNCIA NA DOCÊNCIA MUSICAL.....	32
5.1	O relatar das suas aulas.....	34
6	CONCLUSÃO.....	37
	REFERÊNCIAS.....	38
	ANEXOS.....	40

1 INTRODUÇÃO

O curso de Música Licenciatura da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) prepara os seus alunos para o mercado de trabalho, principalmente, visando a inclusão destes como futuros profissionais da área da educação, isto é, norteia os seus alunos, para que estes sejam futuros professores de música em escolas de ensino regular.

É oportuno deixar claro, que o objetivo geral do curso de Música desta Universidade, segundo o Projeto Político Pedagógico, em relação ao campo de atuação dos futuros profissionais, não é apenas ministrar aulas de música em escolas de ensino regular, mas também em conservatórios, escolas música e espaços educativos informais.

Nos últimos semestres do mencionado curso, foi dada a possibilidade, então, de começar com os chamados “Estágios Supervisionados” para os quais, existe o pré-requisito de ter cursado as disciplinas denominadas Musicalização I, II, III e IV.

O Estágio Supervisionado I, oferecido no quinto período com carga horária de 90 horas, foca a Educação Infantil, dividindo-se em Creche (crianças de 0 a 3 anos de idade) e a Pré-Escola (crianças de 4 a 5 anos). O estágio foi realizado na Creche-Escola Maria de Jesus Carvalho, situada na Av. José Sarney, Bairro Camboa, no Município de São Luis (MA).

No período seguinte, sexto período, cursou-se a disciplina de Estágio Supervisionado II, com carga horária de 135 horas, a qual foi desenvolvida no âmbito do Ensino Fundamental e faixa etária de 6 aos 14 anos de idade. Assim como no estágio I, o estágio II foi realizado na mesma unidade de ensino acima mencionada.

Depois, há o Estágio Supervisionado III, oferecido no sétimo período, com carga horária de 90 horas, o qual foi direcionado para o Ensino Médio cuja faixa etária varia dos 15 aos 17 anos. Essa modalidade de estágio foi realizada na Escola de Música do Estado do Maranhão (EMEM).

O Estágio IV, disciplina do oitavo período, foi oferecido para aqueles alunos com diferentes faixas etárias, em um mesmo espaço de ensinoaprendizagem. Esse estágio, Educação Informal, teve uma carga horária de 90 horas e foi realizado junto à Universidade Federal do Maranhão (UFMA), no

Curso de Extensão em Música promovido nas dependências do Centro de Ciências Humanas (CCH).

O intuito deste trabalho é fazer um relato da experiência docente, ao longo do Estágio III, na Escola de Música do Estado do Maranhão, “Lilah Lisboa de Araújo” (EMEM), por ter sido ele quem trouxe muitas dificuldades e, portanto, maiores desafios. Dificuldades essas, que foram analizadas e discutidas ao longo do curso acadêmico nas disciplinas de Psicologia da Educação e Organização da Educação Brasileira.

Dentre os desafios encontrados pode-se mencionar: nervosismo, dúvidas a respeito de como interatuar com os alunos, a forma de transmissão dos conteúdos, aflição na comunicação em público, entre outros. Porém, essas dificuldades tornaram-se ainda mais instigantes para o estudo, fazendo com que essa realidade fosse enfrentada, gerando, talvez, uma adaptação na profissão.

Dessa experiência, surgiram algumas perguntas que se pretende responder neste trabalho: O que se aprende na teoria será realmente o que se coloca em prática? Para que serve o estágio? De que forma o estágio pode contribuir para a formação do futuro profissional, sobretudo, na área de Música? Para responder às questões acima citadas, este trabalho objetiva:

- a) verificar se há uma relação entre o que se aprende na teoria e o que é realizado na prática;
- b) analisar o estágio como elemento preparatório, a fim de que o aluno possa iniciar as suas atividades como profissional;
- c) relatar a experiência vivenciada no Estágio Supervisionado III, do Curso de Música Licenciatura no intuito de verificar a validade dessa disciplina no que concerne à futura formação dos professores, especialmente, os de Música.

Portanto, esse trabalho abordará, no primeiro capítulo, o estágio de forma geral, como ele está organizado em relação ao mercado de trabalho, a classificação quanto à sua modalidade, o estágio no curso de Música da Universidade Federal do Maranhão e suas relações com a realidade educacional.

Em seguida, se abordará a temática da prática: o que a caracteriza, em que circunstâncias podem ser encontradas, de que forma ela dialoga com a teoria, bem como qual a contribuição para a educação. Por fim, a experiência de estágio na Escola de Música do Estado do Maranhão será relatada.

2 ESTÁGIO: CARACTERÍSTICAS GERAIS

2.1 Conceito

Para que se constitua uma educação de qualidade, necessitam-se esforços de várias instituições, tais como: escolas, universidades, a família e a própria sociedade. Sabe-se que são objetivos da Educação, dentre outros, a formação cidadã e a preparação para a vida. Diante disso, os cursos de Licenciatura têm um papel essencial no desenvolvimento da formação dos profissionais da educação e, consequentemente, na qualidade da prática escolar. Para tanto, os estudantes de licenciatura precisam estar preparados e atualizados para operarem em sala de aula.

Dessa forma, o estágio se caracteriza como a atividade mais indicada para o estudante conseguir a habilidade exigida na sua área específica. Ele tem por objetivo, adequar uma experiência em que o indivíduo possa se aproximar da realidade na qual irá atuar como profissional.

De acordo com Houaiss e Villar (2009, p. 827), conceitua-se *estágio* como:

‘1. período de prática em posto [...] se habilita a exercer sua profissão. 2. qualquer período preparatório. 3. momento ou período específico em um processo contínuo; estádio, fase’.

É importante lembrar que, o mesmo dicionário, no que se refere à palavra estagiário, afirma: ‘fazer estágio, prática e aprimoramento profissional.

Para nos aprofundar na temática do estágio e com o intuito de compreender as suas múltiplas formas, é necessário que sejam abordadas, a seguir, as diferentes concepções de estágio à luz dos autores que abordaram o tema ao longo dos últimos anos. Assim, serão analisadas, a seguir, algumas concepções de autores como Almeida et al. (2009), Buriolla (1995, 2008), Freire (1987), Freire (2001), Schmeling, Espezim e Gonçalves (2011) e Tourinho (1995), para citar somente alguns deles.

Inicialmente, pode-se afirmar, indubitavelmente, que o estágio deverá servir de apoio para a formação e conhecimento do estagiário, bem como contribuir

para o seu amadurecimento pessoal no campo de trabalho escolhido. Nesta perspectiva, vale ressaltar o que observa Buriolla¹ (1995, p. 13, grifo do autor),

[...] o estágio é concebido por um campo de treinamento, um espaço de aprendizagem do fazer concreto [...], onde um leque de situações, de atividades de aprendizagem profissional, tendo em vista a sua formação. O estágio é o *lócus* onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida [...] por isso deve ser planejada gradativa e sistematicamente.

Em face do exposto, a autora destaca que o estágio é uma atividade específica, na qual se busca a habilitação para um futuro profissional. Vale citar ainda que, é neste período que o aluno inicia o desenvolvimento de sua personalidade profissional, isto é, irá se identificar com a realidade na qual pretende atuar. Durante esse período, o estagiário pode vir a adquirir características relacionadas à profissão que irá exercer, entender como ela funciona e quais as perspectivas do seu lugar de trabalho, neste caso, a escola. Soma-se a isso, a seriedade do estágio na formação de professores de música, objeto de estudo deste trabalho.

O estagiário necessita ter uma “bagagem” muito rica, lembrando que, não adianta ter apenas conhecimento técnico, ele necessita estar ciente da importância do aprendizado continuado, não somente acumulando informações, mas transformando esse conhecimento em ideias convenientes, em valores. Isso demanda uma visão de mundo e do seu papel na sociedade sempre de maneira reflexiva e consciente.

Cabe citar que, o ambiente ao qual nos referimos seria o lugar onde se aprendem técnicas e manuseios de como ensinar e de como levar às ações práticas o que foi visto na teoria. É um aprendizado valioso, pois o estágio aperfeiçoa as disciplinas lecionadas na universidade, possibilitando ao estudante reconhecer o cotidiano almejado.

Nesta perspectiva, Buriolla (2008) afirma que o estágio pode ser o lugar direcionado para a instrução inicial ou a habilitação para uma possível atuação de determinada atividade profissional. Desse modo, o estágio talvez possa ser caracterizado pelos acontecimentos estabelecidos, bem como pelas atividades desenvolvidas que opera.

De acordo com Bernardes (apud BURIOLLA, 1995), o estágio é um ponto inicial de formação em que o estagiário fará uma possível aproximação à prática

¹ Marta Alice Feiten Buriolla é mestre e Doutora em Serviço Social pela PUC de São Paulo.

profissional, aproveitando os conteúdos teóricos e colocando-os em prática. “O estágio é um campo de formação mesmo! É um campo de formação, com as dificuldades que existem [...].” (BERNARDES apud BURIOLLA, 1995, p. 24). Apesar da autora não apontar quais as possíveis dificuldades existentes no estágio, afirma que “[...] o aluno vai aprender como ele está processando a teoria e a prática e tudo isso é bagagem para depois”. (BERNARDES apud BURIOLLA, 1995, p. 25).

Marques (apud BURIOLLA, 1995, p. 24, grifo do autor) define o estágio da seguinte maneira:

Por ser o *lócus* propício para o treinamento prático-profissional, é também o espaço apropriado para o aluno traçar a sua matriz de identidade profissional [...] sua responsabilidade, seu compromisso e demais atitudes e habilidades profissionais.

Pode-se constatar na citação acima, quando a autora menciona a expressão “prático-profissional” e “identidade profissional”, que o estagiário está buscando a sua maturidade no desenvolvimento das suas atividades.

Buriolla (2008), em seu livro *O estágio supervisionado*, ressalta e analisa, por meio de entrevistas, os “personagens” que fazem parte do estágio, são eles: os professores, os supervisores e os alunos. Este estudo foi realizado pela autora, no ano de 1995, e teve por objetivo demonstrar como esses personagens entendem o estágio, quais as suas funções, como estão organizados e demonstrar, ainda, quais os limites dos alunos no campo de estágio.

Segundo Estevão (apud BURIOLLA, 1995, p. 20, grifo nosso), o estágio pode ser considerado sob dois aspectos: estágio sendo estágio e estágio sendo trabalho. O primeiro caracteriza o tipo de estágio organizado e oferecido por uma entidade, classe ou categoria, visando a formação profissional. Nesse estágio, há um verdadeiro treinamento profissional, o aluno permanece em real situação de aprendizagem. Segundo a autora, a não obrigatoriedade dessa modalidade de estágio, na formação inicial, pode acarretar um déficit na qualificação profissional.

No estágio sendo trabalho, o aprendizado não está essencialmente pautado em uma determinada área e isso faz com que as atividades exigidas sejam realizadas sem grande preocupação e com pouco envolvimento por parte do estagiário. Fica claro, então, que esse tipo de estágio é realizado, às vezes, só para cumprir com a disciplina curricular obrigatória, estabelecida pelo curso de formação.

Toledo (apud BURIOLLA, 1995), entende que o estágio é visto como “emprego inserido no mundo do trabalho” e que o estagiário passa a se habituar a ambientes institucionais regidos por regras.

O autor afirma ainda que:

O estágio, para mim, hoje, é um emprego! Não tem outra palavra, porque dificilmente hoje se coloca o aluno numa instituição, onde se conceba o aluno como estagiário [...]. O aluno é estagiário, ora ele é um trabalhador, ou seja: ora lhes são podadas determinadas atividades (por ser estagiário), ora tem que fazer tudo o que o profissional faz, pois o aluno está no mundo do trabalho. (TOLEDO apud BURIOLLA, 1995, p. 22).

De acordo com o referenciado, percebe-se que em algum momento, o estagiário se defronta com duas funções: ora suas atividades são restrinidas, por exemplo, não participa de reuniões com os profissionais, ora ele é considerado mais que um estagiário e pode, então, ser chamado atenção por seus superiores com aquela frase “[...] você deve fazer isso porque você já é um profissional”. (BURIOLLA, 1995, p. 22).

Nesse sentido, o estágio tem uma peculiaridade acentuada: “[...] supervisor e supervisionado sentem-se explorados e usados como mão de obra barata” (BURIOLLA, 1995, p. 18). Assim, não é raro encontrar instituições de ensino que oferecem suas escolas para estágios com o propósito de diminuir custos.

Diante do exposto, pode-se afirmar, então, que o estágio pode ser um local favorável para o treinamento “prático-profissional” e pode ser também o ambiente em que o estagiário se identifica com a realidade profissional, progredindo nas suas responsabilidades, técnicas, habilidades e comportamentos.

Como afirma Morais² (apud BURIOLLA, 1995, p. 37):

Essas reações, repletas de emoções, denotam especialmente dois aspectos. Um deles é o momento natural que a aluna passa ante o novo que ora gera angustia e ansiedade [...]. O outro ponto a ressaltar é a postura crítica e inovadora.

Entende-se que os dois pontos citados pela autora retratam um lado bom e outro ruim, na realidade do estagiário. O lado bom seria que o próprio estagiário teria condições de se autoavaliar, ter consciência, espírito crítico e ser inovador em suas ações, buscando aos poucos se envolver com toda responsabilidade nas atividades propostas. Talvez, o lado ruim possa remeter não ao estagiário, mas sim,

² Iraceles Fátima de Morais foi entrevistada por Marta Buriolla na condição de aluna da Faculdade de Serviço Social da PUC/SP.

ao supervisor, pois este não tem condições de estar sempre presente para supervisionar seus subordinados. Existem vários fatores que podem motivar esse posicionamento, um deles seria a incompatibilidade de horário, pois, às vezes, existem vários estagiários ao mesmo tempo, em diversas localidades, para apenas um supervisor responsável.

Ainda refletindo sobre das palavras de Morais (apud BURIOLLA, 1995), pode-se afirmar que quando os alunos estão prestes a começar os estágios, sentem-se nervosos, angustiados, aflitos e inseguros, não sabem nem como serão tratados nem como agirão diante de acontecimentos que fogem do “normal”, por exemplo, quando um aluno joga uma bola de papel no seu próprio colega.

Às vezes, os estagiários sentem-se oprimidos ou usados, pois o campo de estágio, em que os alunos são implantados, não pertence à sua área de atuação e acabam por fazer “tarefas chatas” que são de outras áreas.

Diante das dificuldades mencionadas, percebe-se que a melhor maneira de adquirir experiência é mantendo o “intercâmbio” entre a universidade ou instituição formadora e a Escola ou instituição concedente, o que possibilitará a aplicação prática de todos os conhecimentos adquiridos na academia. Para que assim seja, são importantes a figura do supervisor, a do professor da escola onde o estágio se realiza e a atitude de reflexão permanente do estagiário.

Pode-se destacar que a universidade tem um papel relevante no que diz respeito ao processo de formação docente. É nesse espaço universitário que se aprende a ensinar, conhecem-se técnicas de ensino, métodos, comportamentos e outros fatores que possam ser significativos no processo de ensinoaprendizagem. É nesse espaço que podem ser aprendidas as relações entre a teoria e a prática.

Almeida et al. (2009, p. 34) defendem a ideia de que o estágio “[...] é concebido como a parte prática do curso de formação, sendo que essa parte prática é menos estudada do que a teórica ou possui um tempo menor de estudo”. Nesse sentido, Almeida et al. (2009) chamam atenção para a pouca importância ou o pouco espaço dado às questões da prática profissional dentro do ambiente da universidade. O autor também alerta para a reprodução de modelos preestabelecidos, quando afirma: “Na perspectiva da prática como imitação de modelo, o acadêmico aprende a profissão a partir da observação e reprodução de modelos pré-existentes”. (ALMEIDA et al., 2009, p. 34).

Quanto à classificação de estágio, Pimenta e Lima (2004), destacam dois tipos: curricular e profissional. Segundo as autoras, o primeiro tem como finalidade inserir o estagiário no processo de formação tendo como base as disciplinas do curso em questão, no entanto, o profissional tem como característica principal inserir o estagiário no campo de trabalho.

Pimenta (2009) analisa de forma geral que o estágio é um “*complemento a formação*” do estudante servindo de discussão no tocante ao ensino e aprimoramento do estágio.

Freire (2001) dedicou seus estudos e pesquisas à formação de professores, destacando nas suas obras o valor pedagógico do estágio e sua importância na constituição de saberes que orientarão a atividade do professor, seja na práxis, seja na reflexão.

Afirma a autora:

O estágio pedagógico permite uma primeira aproximação à prática profissional e promove a aquisição de um saber, de um saber fazer e de um saber julgar as consequências das ações didácticas e pedagógicas desenvolvidas no quotidiano profissional. (FREIRE, 2001, p. 2, grifo nosso).

Constata-se, na citação acima, a preocupação da autora em delimitar e distinguir as ações desenvolvidas, no campo de atuação do estágio, quando aponta para o “estágio pedagógico”, ou seja, aquele voltado para o campo da educação.

No artigo *Concepções orientadoras do processo de aprendizagem do ensino nos estágios pedagógicos*, Freire (2001) aponta para três tipos de estágio: aquele que permite a aplicação da teoria, aquele que possibilita a prática profissional e, por último, aquele que permite a emancipação profissional:

- a) aplicação da teoria como conhecimento profissional** – se distingue pela difusão de conhecimento sem, no entanto, levar em consideração os recursos pedagógicos. Desse modo, o estagiário deve empregar seus conhecimentos gerais;
- b) a Prática profissional como conhecimento profissional** – tem como cargo o emprego de noções específicas e ações concretas, visando o desenvolvimento intelectual do aluno. Nesse caso, é requerido um tipo de conhecimento peculiar e individual, aquele que faz parte da “bagagem” geral do professor;
- c) em emancipação profissional como conhecimento profissional** – está em jogo uma atitude reflexiva, no sentido de se aprofundar nas

questões de como ensinar e como aprender. (FREIRE, 2001, grifo nosso).

Assim, a citada autora aborda o estágio como uma atividade baseada em um conjunto de elementos teóricos, de conhecimentos, que pode levar a um consequente crescimento profissional. (FREIRE, 2001).

No artigo *Atirei o pau no gato, mas o gato não morreu... divertimento sobre estágio supervisionado*, Tourinho (1995, p. 37) descreve vários elementos que estão conectados e entrelaçados, como por exemplo, as “[...] questões relacionadas com os objetivos e prioridades da instituição universitária que forma os estágios e da escola e professores das salas de aula onde os estágios se realizarão”.

A autora afirma ainda que “Lamentavelmente, até agora, tem-se dado preferência pelo estágio ‘individualizado’, ao invés de ‘supervisionado’” (TOURINHO, 1995, p. 42). Deduz-se desta afirmação que, no “estágio individualizado” o estagiário é “jogado” em um ambiente de sala de aula sem acompanhamento de supervisor ou professor, o que pode motivar lacunas na formação desse profissional. Ao contrário, no “estágio supervisionado”, o estagiário estará sempre acompanhado tanto pelo supervisor quanto pelo professor. Aponta-se, finalmente, as referências de Schmeling, Espezim Júnior e Gonçalves (2011), a qual acreditam que o estágio deve ser sempre supervisionado.

O estágio, portanto, é considerado como um espaço que possibilita ao estudante, futuro professor, observar, analisar, atuar e refletir sobre as tarefas característica da sua profissão [...] é o ponto de partida da experiência de campo e em campo que permitirá ao licenciando experimentar a prática de ensinar. (MONTEIRO; SOUZA apud SCHMELING; ESPEZIM JÚNIOR; GONÇALVES, 2011, p. 340).

Do universo da citação acima, podem ser sugeridos dois momentos no estágio institucional. O estagiário poderia inicialmente fazer anotações, identificar o local, a comunidade onde o estágio está inserido, em fim, dedicar um tempo à observação para, em um segundo momento, iniciar a atividade prática em si. Talvez, isso trouxesse mais segurança e confiança ao estagiário antes mesmo dele entrar em sala de aula.

Para finalizar este capítulo, objetiva-se apontar para algumas ideias e reflexões surgidas em decorrência da experiência de estágio. Ser estagiário na condição de docente pode ser frustrante se a comunidade escolar, o próprio aluno e a universidade não nortearem e derem suporte ao ele em questões essenciais, tais

como: o que significa ser professor na sociedade? Quais os riscos dessa profissão? Como é a realidade escolar em termos gerais? Ser professor nos dias de hoje pode trazer satisfação profissional? Como pode o professor contribuir com a sociedade em que vive?

Sabe-se que toda profissão é passível de problemas, mas também, fonte de realizações. Quanto mais cedo o jovem profissional se defrontar com a realidade e seus desafios, maiores serão as chances de crescimento e superação. E é exatamente no estágio que o estudante/estagiário poderá conhecer de perto a realidade e os riscos da profissão escolhida. Nesse sentido entende-se que é revelada a importância do estágio e da presença responsável daqueles destinados a acompanhar o estagiário, nos primeiros momentos da práxis educativa.

Após terem sido sinalizadas as características gerais do estágio e suas particularidades e apontadas às diferentes concepções de estágio, segundo alguns autores, que se aprofundaram no tema e serviram de embasamento para a construção do item acima, considera-se importante abordar, a seguir, a temática da legislação de estágio vigente no país, assim como a Resolução do Estágio da UFMA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 1999, 2009), que serve de base para o trabalho dos alunos dessa universidade.

3 LEGISLAÇÃO DE ESTÁGIO

3.1 Um pouco de história

Historicamente, o conceito de estágio supervisionado no Brasil foi definido na década de 40 do século passado, com a chamada Lei Orgânica do Ensino Profissional. Na época, por recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o estágio supervisionado era formado por uma espécie de ponte entre teoria e prática no processo de construção profissional.

Neste mesmo período, as oportunidades em estágios eram destinadas para os alunos cuja formação estava ligada às áreas agrícola, industrial ou comercial. O que os alunos aprendiam na escola, a parte teórica e a parte prática, era aplicado “*in service*” e “*in loco*”.

O desenvolvimento da industrialização, no Brasil, nas décadas de 1930 a 1950, fez com que o país repensasse a educação brasileira no que diz respeito aos cursos secundários (curso profissionalizante) e superiores. Com isso, permitia-se a equivalência entre esses cursos, pois quase não havia a distinção entre ambos.

Assim, a Lei Federal Nº 1.076/50 tinha por objetivo permitir que os alunos do curso profissionalizante, em fase de conclusão, pudessem dar prosseguimento aos seus estudos em nível superior. Essa Lei ocasionou inúmeros debates tanto na sociedade quanto no Congresso Nacional, que viu a necessidade de “ampliar” os limites com a Lei Federal 1.821/53, dando *status* de equivalência entre o nível técnico e o superior. Porém, esse *status* só foi realmente colocado em prática com a Lei de Diretrizes e Base (LDB) Nº 4.024/61 (BRASIL, 1996).

Essa “reforma” no que diz respeito ao ensino profissionalizante fez com que o ensino médio (antigo segundo grau) assumisse uma posição de técnico, tornando-se indispensável para a conclusão do ensino médio. Dessa forma, garantiu a certificação de nível técnico profissional.

No entanto, foi durante a década de 70 que o estágio supervisionado ganhou força e prestígio com a Lei Federal nº 5.692/71, com o parecer do antigo Conselho Federal de Educação (CFE) nº 45/72, o qual dispunha que o estágio supervisionado seria obrigatório para o profissional técnico dos setores primário e secundário da economia (BRASIL, 1972).

Ainda na mesma década, foi regulamentada a Lei Federal de Nº 6.497/77 que fixava o estágio supervisionado para o ensino superior, o ensino médio e o ensino supletivo profissionalizante.

Apesar de o estágio supervisionado ter suas origens no ensino profissionalizante, entende-se que possa ser encarado como uma atividade de troca de experiência, compartilhamento de atitudes no ambiente de trabalho, vivência profissional, construção de novos conhecimentos e aprimoramento da relação cultural no que se refere ao local de trabalho.

3.2 Lei de Estágio nº 11.788 de setembro de 2008

A lei nº 11.788 de setembro 2008 tem por objetivo definir o estágio supervisionado no ambiente escolar educativo, isto é, preparar o aluno para o mercado de trabalho enquanto estudante de uma instituição de ensino, sempre observando as condições e delimitando até onde pode ter o vínculo empregatício. Essa Lei, portanto, é direcionada aos estudantes de diferentes modalidades como veremos mais adiante.

A Lei em questão afirma no seu Artigo 1º:

Estágio é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam freqüentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2008).

Entende-se que quando a Lei utiliza o termo “escolar supervisionado”, indica que o aluno está em fase de observação *in loco* com o objetivo de “treinar” para a atmosfera do trabalho.

Conforme os limites do Projeto Político Pedagógico, das diretrizes curriculares, da etapa, da área de ensino e da modalidade, a Lei menciona dois tipos de estágio: estágio obrigatório e não obrigatório.

Vejamos o que diz o Art 2º:

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida a carga horária regular e obrigatória. (BRASIL, 2008).

Percebe-se, claramente, a diferença entre a primeira e a segunda modalidade de estágio. O estágio obrigatório é uma condição determinada para se atingir um objetivo, neste caso, o diploma. Por outro lado, no estágio não obrigatório, é facultado o ato de estagiar sendo esta, porém, uma atividade optativa.

Podem ser estagiários, na condição de estudante, aqueles que se enquadram no seguinte aspecto: se estiverem freqüetando o ensino em instituição de educação superior, ensino regular, ensino médio, educação profissional, os anos finais do ensino fundamental e educação especial e na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Como foi dito anteriormente, o estágio não estabelece a ligação de vínculo empregatício de qualquer natureza, como aponta o Artigo 3º:

O estágio, tanto na hipótese do § 1º do art. 2º desta Lei quanto na prevista no § 2º do mesmo dispositivo, não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos [...] (BRASIL, 2008).

É oportuno deixar claro o que diz o inciso 2º desse mesmo artigo, o qual alerta para possíveis distorções no campo de estágio:

§ 2º O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária. (BRASIL, 2008).

A Lei 11.788/08 também estabelece a carga horária do estágio e a classifica em três grupos, conforme o Art. 10º:

I - 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II - 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

§ 1º estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino. (BRASIL, 2008).

Embora a carga horária possa parecer excessiva, acredita-se que o estagiário, talvez, estude na instituição de ensino em um turno e no outro turno ele possa desenvolver o seu estágio. Porém, o § 1º relata uma carga horária de 40 horas semanais nos cursos que alternam entre teoria e prática e que os alunos não estejam em aulas presenciais (BRASIL, 2008). Para que essa carga horária seja preenchida, teriam-se necessariamente dois turnos de efetivo estágio.

A Lei também estabelece o prazo máximo de dois anos para a concessão de estágio, exceto quando o estagiário for portador de alguma deficiência.

A respeito da remuneração, é assegurada bolsa ou qualquer tipo de contraprestação. No entanto, para que sejam autorizados esses “benefícios”, eles deverão constar no termo de compromisso entre a parte concedente, instituição de ensino e o aluno.

Art. 12. O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório. (BRASIL, 2008).

O auxílio-transporte pode ser disponibilizado para o subsídio nos custos de locomoção do estagiário ao local de estágio, bem como o seu retorno. A Lei deixa claro, porém, que o recebimento desse não caracteriza vínculo empregatício.

Após terem sido abordados alguns aspectos da Lei de Estágio nº 11.788 de setembro de 2008, considera-se necessário e relevante abordar, a seguir, a Resolução que marca as diretrizes do estágio na Universidade Federal do Maranhão.

3.3 Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE-UFMA)

A Resolução 684/09 CONSEPE regulamenta a prática de estágio na UFMA e delimita seu objetivo no Artigo 2º, II, que diz:

II. Proporcionar ao estudante o desenvolvimento de competências e habilidades práticas e os aperfeiçoamentos técnicos, científicos e culturais, por meio da contextualização dos conteúdos curriculares e do desenvolvimento de atividades relacionadas, de modo específico ou conexo, com sua área de formação; (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2009).

Percebe-se nessa citação que a prática de estágio está associada às ações determinadas no currículo universitário, o que lhe dá um perfil acadêmico e formador. Dessa forma, o Artigo 2º vem ao encontro do que Sousa (2003, p. 46) afirma: “[...] todo conhecimento precisa ter sua aplicação sobre a realidade para confirmar sua validade social”.

Por meio da vivência em estágio, o aprendiz poderá exercitar habilidades antes adquiridas e dispor-se a imprimir transformações no seu espaço de trabalho ao mesmo tempo em que sofre alterações. Esse espaço de estágio não poderá, pois, dissociar-se da prática de desempenho profissional e deverá proporcionar ao

estagiário as ferramentas imprescindíveis e apropriadas ao alcance da teorização e prática formativa.

Souza (2003), ao explanar acerca do funcionamento desse campo de formação, usa a expressão “canal retro-alimentador” no desígnio de incluir socialmente todo aquele profissional que dispor, no exercício da profissão, e tenha acesso, por meio do estágio curricular obrigatório, a uma nova expressão do conhecimento antes contraído, a uma nova fase que responda o porquê da necessidade de tantas disciplinas teóricas sem fundamento prático, sobretudo, nos anos iniciais do curso. Sugere-se, nesse formato, que o estágio ofereça um elo entre o profissional e sua prática, assim como ofereça uma previsão do campo de trabalho, ainda em formação acadêmica.

A definição que se dá é, pois, a de que o sucesso profissional do formando depende, conforme indica Souza (2003), da formação acadêmica e científica e da percepção que ele desenvolva acerca da sua prática de estágio, considerada como etapa final da organização desse meio acadêmico para a vida fora da instituição universitária. A premissa que se elabora consiste em definir que todo estagiário deve vivenciar em campo as atividades necessárias à sua conduta profissional, uma vez que se considere que na legislação própria para esse evento, associam-se valores legais e normativos àqueles definidores da relação social preservando a legitimidade da prática de estágio.

De acordo com a regulamentação das atividades de estágio obrigatório e não obrigatório dos cursos da UFMA (Resolução N° 684/09 – CONSEPE), Art 13º:

Na UFMA, o estágio será administrado:

- I. Pela Coordenação Geral de Estágio da Pró-Reitoria de Ensino (ou órgão equivalente que lhe suceda);
- II. Pelas Comissões Setoriais de Estágio;
- III. Pelas Coordenadorias de Estágio dos Cursos de Graduação. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2009).

Essas Comissões Setoriais serão formadas pelos Coordenadores de Estágio dos Cursos de Graduação, conforme atesta o seguinte parágrafo:

§ 2º As Comissões Setoriais, por Unidade Acadêmica (centros), serão constituídas pelos Coordenadores de Estágio dos Cursos de Graduação, por um representante da Direção da Unidade Acadêmica, indicado pelo Conselho correspondente, e por um representante estudantil escolhido entre os que integram as Comissões de Estágio dos Cursos da Unidade. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2009).

O exemplo das competências atribuídas ao supervisor técnico e ao supervisor docente, (no contexto deste trabalho um professor do Curso de Música)

apontado para supervisionar os estagiários durante vistoria aos campos de estágio também têm atribuições. A ele competem as ações de orientar e opinar na prática de estágio sempre que é preciso. No Art. 23 do CONSEPE, são estabelecidas as atribuições do Supervisor Docente do Estágio Obrigatório:

Orientar o estudante acerca de todas as normas legais, externas e internas, e documentos relativos às atividades de formação em estágio, bem como os prazos dispostos pelo Calendário Acadêmico quanto ao seu cumprimento. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, 2009).

Essas normas legais, externas e internas levam a entender que o Supervisor Docente deverá direcionar seus alunos a pesquisarem sobre o regimento interno da instituição na qual farão o estágio, posicionamento ético-profissional diante.

Após se ter abordado acima tanto aspectos relevantes da Lei de Estágio 11.788, de setembro de 2008, quanto da Resolução nº 684/09 CONSEPE, deve-se esclarecer ainda que o Colegiado do Curso de Música Licenciatura da UFMA esbeleceu no ano de 2010 as Normas de Estágio do citado curso baseado tanto na Lei 11.788 quanto na Resolução do CONSEPE. Essas normas sustentam e orientam o aluno no seu percurso nas diferentes modalidades de estágio.

4 RELAÇÃO ENTRE A TEORIA E PRÁTICA

O contexto social no qual o trabalho está inserido permite compreender que as atividades desenvolvidas podem promover mudanças e serem implicadas pelo que os outros fazem. É uma das probabilidades indispensáveis ao entendimento da indissociabilidade entre teoria e prática. Ou seja,

Quando entendermos que a prática será tanto mais coerente e consistente, será tanto mais qualitativa, será tanto mais desenvolvida quanto mais consistente, e desenvolvida for a teoria que a embasa, e que uma prática será transformada à medida que exista uma elaboração teórica que justifique a necessidade de sua transformação e que proponha as formas da transformação, estamos pensando a prática a partir da teoria. (SAVIANI, 2005, p. 107).

A teoria não está desconectada da prática, nem esta da teoria. Avaliado dessa forma, o sentido do conhecimento que é desenvolvido em sala de aula é teórico-prático, à medida que, para instruir o professor, constitui relações imprescindíveis para desenvolver os conceitos.

Dessa maneira, a aquisição do conhecimento não acontece em um momento teórico e em outro prático. Ele é ao mesmo tempo teórico-prático.

Sánchez Vázquez (1977) menciona ainda mais essa questão com a afirmativa que, a teoria em si não é capaz de mudar o mundo, mas contribui para sua alteração, se assimilada por aqueles que por seus atos podem ocasionar a transformação:

Entre a teoria e a atividade prática, transformadora se insere um trabalho de educação das consciências, de organização de meios materiais e planos concretos de ação; tudo isso como passagem indispensável para desenvolver ações reais, efetivas. Nesse sentido, uma teoria é prática na medida em que materializa, através de uma série de mediações, o que antes só existia idealmente, como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação. (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 1977, p. 207).

É necessário o posicionamento do professor quanto ao estágio, quando admite que sua significação ficará mais clara se o estágio for considerado como

[...] espaço de problematização das ciências gerais e específicas, em que a práxis educativa é tomada como objeto de estudo e de compreensão da transmissão dos conhecimentos puros para os conhecimentos tecnológicos aplicados à realidade educativa. (SILVA, 2003, p. 17).

Dessa forma, o Estágio Supervisionado não pode ser refletido somente a partir da ação prática do estagiário. Precisa ser elaborado analisando os condicionantes que essa ação ocasiona em seu contexto.

Isso significa pensar o trabalho concretizado no estágio como ação propositada. Saviani (2005, p. 11) especifica que:

[...] o trabalho instaura-se a partir do momento em que seu agente antecipa mentalmente a finalidade da ação. Consequentemente, o trabalho não é qualquer tipo de atividade, mas uma ação adequada a finalidades. É, pois, uma ação intencional.

Entende-se como ação intencional no Estágio Supervisionado aquela realizada tendo como menção estudo e pesquisa. Deve avaliar o saber e o saber sobre o fazer, que devem estar associados na formação dos alunos. Isso quer dizer que o futuro professor precisa ter conhecimento para administrar um processo de adaptação didática acerca dos conhecimentos científicos. Requer também dos professores, que trabalham com os futuros professores, comprometimento com o que ensinam e a maneira como o fazem.

Somente assim se teria a práxis como princípio curricular, promovendo em primeiro momento, a concepção que o estágio não é o momento de atingir a aplicação prática dos conhecimentos teóricos. Não se trata de estabelecer a aplicabilidade da ciência. A práxis pressupõe teoria e técnica ao mesmo tempo. Sendo assim, as atividades do Estágio Supervisionado devem ser organizadas dialeticamente, ou seja, o saber e o saber sobre o fazer devem o tempo todo e ao mesmo tempo, estar em constante comunicação.

Nessa perspectiva, deve-se considerar “[...] a práxis como uma prática fundamentada teoricamente. Se a teoria desvinculada da prática se configura como contemplação, a prática desvinculada da teoria é puro espontaneísmo. É o fazer pelo fazer”. (SAVIANI, 2005, p. 141).

Talvez, o que leva a entender é que não se pode partir da prática e insistir nela. O processo de formação do professor necessita ultrapassar esses limites.

Dessa forma, entende-se que não é possível separar a teoria da prática. Nesse caso, proteger a ideia de que é necessário estudar a teoria para depois realizar a prática, implica estabelecer teoria e prática em diversas expectativas. Entende-se que é necessário compreender o movimento dialético que fortalece a relação teoria e prática. Sánchez Vasquez (1977, p. 210) explica

[...] enquanto a atividade prática pressupõe uma ação efetiva sobre o mundo, que tem por resultado uma transformação real deste, a atividade teórica apenas transforma nossa consciência dos fatos, nossas ideias sobre as coisas, mas não as próprias coisas.

Destarte, conhecer teoricamente as percepções de avaliação, por exemplo, tomar consciência delas, não garante a sua aplicação nas atividades que o estagiário ou o futuro professor irá desenvolver. Nessa situação, é que se constata a obrigação do professor de estágio como componente mediador do processo de relação teoria-prática.

Mendes³ (2006), da Universidade Federal do Piauí, destaca **doze** vertentes que são proeminentes no que diz respeito à Prática/Teoria e Estágio, serão citados sete, pois merecem ênfase nessa pesquisa:

O primeiro aspecto enfatiza que, a teoria e a prática são elementos que caminham unidos no processo de ensinoaprendizagem. Uma vez desarmônica essa relação poderá acarretar o distanciamento, do ensinoaprendizado, ou seja, é nesse quesito que o aluno não aprende o que foi exercitado por ele mesmo, é o que se denomina de “*aluno decoreba*”.

O segundo momento, está relacionada ao lado do aluno/estagiário. Trata-se, pois, de uma problemática envolvendo uma maior centralização do estagiário, o qual pode vir a sentir-se imaturo, inseguro, adquirindo experiência ao longo do espaço acadêmico e com dificuldades inerentes ao exercício de sua função. É durante esse procedimento que suas habilidades se desenvolvem, tornando-o apto ou não para a sua formação profissional.

Na terceira parte, explana-se que, a formação do professor se dá por meio de diferentes interdisciplinaridades (por exemplo, um professor de História não utiliza tão somente a História, mas sim, a Filosofia, Antropologia, Artes e outras disciplinas que possam vir enriquecer e dar suporte para suas aulas) seja ela teórica/prática e estágio, uma vez que pode contribuir para o processo evolutivo do profissional docente. Pode-se citar como modelo, aquele professor que utiliza momentos históricos, filosóficos e/ou sociais para melhor esclarecer um fato ou acontecimento. Os recursos didáticos e o modo como o professor se expressa em sala de aula pode ser um fator relevante na aprendizagem.

³ Bárbara Maria Macêdo Mendes possui graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Piauí (1980), Especialização em Planejamento Educacional pela Universidade Federal do Piauí (1984), Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará (2000) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará (2005). Atualmente, é Professora Assistente I da Universidade Federal do Piauí e Membro de corpo editorial da Educação e Compromisso. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Ensinoaprendizagem. Atuando principalmente nos seguintes temas: prática de ensino, estágio supervisionado, ação docente, prática reflexiva.

No quarto segmento, a prática é um objeto de averiguação e reflexão em torno da sala de aula, compreendendo o estágio com o planejamento, a didática, a avaliação dos alunos, no intuito de contribuir para o desenvolvimento intelectivo por meio de situações concretas de ensino.

O quinto aspecto é constituído pela necessidade de expandir o espaço de atuação no tocante à discussão de tema, elaboração e aproveitamento de experimento e estímulo à pesquisa, isto é, mais campo para atuação e incentivo. Quanto a este “leque” de recursos utilizados, podem-se observar duas qualidades relevantes ao amadurecimento ou desenvolvimento da prática, são elas: consciência profissional e crítico-reflexiva.

O sexto processo de meditação encontra-se em concordância entre teoria-prática e interdisciplinaridade. É nesse período que se encontra diversos temas, interligando e complementando um assunto, de modo a não perder as qualidades inerentes à teoria-prática.

E por fim, a teoria-prática é entendida como um apoio, embasamento ou coluna para o processo de iniciação à produção intelectual, de forma a contribuir na direção no que se refere à concentração e visando o coletivo para o crescimento intelectual da prática.

Sánchez Vázquez (1977) cita que a *práxis* expõe características que são individualmente vistas sobre ângulos distintos, que podem ser abrangidos de maneira diferente, a qual consiste basicamente em dois aspectos:

- a) quem pratica e quem sofre a ação não é, diretamente, o mesmo homem, ou seja, quem pratica a ação é o sujeito, cabendo ao objeto apenas recebê-la;
- b) a prática retornar a quem o praticou. Isto é, o homem que pratica é o mesmo que sofre esta execução.

De modo geral, Sánchez Vázquez (1977) aponta as particularidades da *práxis* da seguinte maneira: prática produtiva, prática de produção ou criação de obra de arte, e prática científica experimental”. Nesse caso, a prática não é, diretamente, o mesmo homem que pratica.

A Prática Produtiva tendo como base que o homem é um ser social e cria condições para afeiçoar-se ao meio em que vive, pode-se destacar que é em virtude do seu trabalho. Nesse caso, ele alcançou objetos que venham satisfazer as suas necessidades.

Sánchez Vázquez (1977, p. 195) coloca que: “No processo de trabalho, o homem valendo-se dos instrumentos ou meios adequados transforma um objeto obedecendo a uma finalidade”.

Quando o autor refere-se à palavra “instrumentos”, quer dizer não somente os instrumentos de uso pessoal, mas também o que os emprega em sua fábrica. Por outro lado, as ferramentas que ele usa podem ser comparadas pelo desenvolvimento ou aprimoramento do seu trabalho, é conveniente observar, que mais ampliado pode transformar a relação entre o homem e a natureza, isto é, aprimora o seu trabalho e seu domínio sobre a natureza. (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 1977).

Prática de produção ou criação de obra de arte tem por desígnio a competência de criar objetos por meios dos produtos desenvolvidos do trabalho, não só por esse aspecto que ela é vista como um meio de expressão, mas por outras mais. Nesse contexto, pode-se compreender que a obra artística é uma criação de uma nova realidade (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 1977), ou seja, o objeto pode sofrer uma alteração para suprir a necessidade de um novo objeto.

No que tange à discussão da prática científica experimental, nesta configuração de práxis, pode-se dizer que ela não é específica da ciência, pois envolve o campo educativo, social (ou econômico) e até mesmo o artístico. Para cada campo de compreensão, há uma diferença peculiar que cada um carrega consigo: a experiência educativa ou artística, por exemplo, tem o desígnio de incentivar ou motivar a prática a qual ela corresponde; já no ambiente da ciência, pode-se destacar que o objetivo consiste no desenvolvimento de uma teoria para estimular ou fortalecer a prática.

Veiga⁴ (2008) defende dois tipos de prática que são voltadas para a área pedagógica, são elas: *prática pedagógica repetitiva* e *prática pedagógica reflexiva*.

⁴ Ilma Passos Alencastro Veiga possui Bacharelado e Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Goiás (1961), Licenciatura em Educação Física pela Escola Superior de Educação Física de Goiás (1967), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (1973), doutorado e pós-doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1988). É professora Titular Emérita e pesquisadora associada senior da Universidade de Brasília. É professora do Centro Universitário de Brasília onde coordena a Assessora Pedagógica da Diretoria Acadêmica. Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes campos: formação de professor, didática, educação superior, docência universitária e projeto político-pedagógico. Atualmente é membro da Comissão de Supervisão Pedagógica dos Cursos de Formação de Professores na área de Pedagogia da Secretaria de Educação Superior, do Ministério de Educação.

Em prática pedagógica repetitiva, a autora defende a ideia que a teoria e a prática são subsídios que já não caminham de “mãos dadas”, pois o conhecimento torna-se fragmentado. Desse modo, pode haver dificuldade para o ingresso de conhecimentos, isto é, o fazer é simplesmente reproduzir quantas vezes for indispensável e não havendo uma preocupação em originar novos conhecimentos.

É nessa modalidade de prática pedagógica, que o professor é apenas um reproduutor de informações (ou conteúdos), pois não há uma inquietação em descobrir mediante a ação pedagógica. Logo, o professor é um profissional impossibilitado de inventar, ficando assim, impossibilitado de usufruir de recursos didáticos.

Prática pedagógica reflexiva tem como característica a tendência pela não ruptura ou quebra entre a teoria e a prática. Sendo assim, essa forma de prática, tem como preocupação dar origem a novas alterações qualitativas, mas para fazer tais mudanças é necessário que haja o conhecimento aprofundado da realidade e, sobretudo uma visão crítica.

Ter uma visão crítica significa, não apenas dar base para uma nova fonte de conhecimento, mas, sobretudo, possibilitar ao futuro professor aceitar a importância social do seu trabalho e também quanto à sua falta perante a sociedade. Por isso a necessidade de formar o futuro professor para a sua finalidade, missão histórica, sua transformação e objetivos diante da sociedade.

Em se tratando de prática pedagógica reflexiva, a teoria e a prática andam de mãos dadas, ou seja, “o que o professor pensa e o que ele faz” (VEIGA, 2008) no sentido de contribuir para o processo de ensinoaprendizagem. Assim sendo, a relação entre teoria e prática não é entendida de forma mecanizada no sentido de fazer sempre a mesma coisa.

5 BREVE RELATO DE EXPERIÊNCIA NA DOCÊNCIA MUSICAL

Com a chegada do sexto período, iniciaram-se os estágios obrigatórios do curso de Música da Universidade Federal do Maranhão. De todas as modalidades de ensino, as maiores dificuldades foram encontradas no Estágio III, o qual era destinado ao ensino Médio. Tais desafios suscitaram o desejo de aprofundar estudos acerca da temática do estágio, como já mencionado, as suas particularidades, as legislações correspondentes e reflexões a respeito da dificuldade em aplicar na prática o que foi aprendido nas salas de aula na universidade.

Para a realização do Estágio III, foi destinada a Escola de Música do Estado do Maranhão (EMEM), criada em 13 de Maio do ano de 1974, pelo Decreto de Lei Nº 5.627, a qual foi reconhecida pela Resolução 274/81, do Conselho Estadual de Educação (CEE), sendo hoje um órgão ligado à Secretaria de Estado da Cultura.

Após uma longa temporada sem ter sede fixa, a escola passou a ter endereço definitivo, a partir do dia 18 de abril de 2001, em um sobrado colonial do século XVIII, localizado na Rua da Estrela, Centro Histórico de São Luís, o qual foi reparado unicamente para abrigar a Escola. O sobrado foi residência da professora de piano Lilah Lisboa de Araújo, cuja homenagem vem dar nome à escola.

Nesse novo prédio, alunos, professores e público passaram a contar com uma estrutura de salas de aulas e auditório com 180 lugares, climatizado, onde acontecem concertos, recitais, palestras e shows.

Única instituição de ensino público regular de música do Estado, o quadro docente da EMEM é formado por 37 professores que se dividem em 21 cursos. A formação da EMEM é a de Técnico em Música, com duração de cinco anos, incluindo formação geral em música, conteúdos teóricos específicos e prática em instrumentos.

A Escola de Música funciona nos três turnos, acolhendo crianças a partir dos oito anos de idade, jovens e adultos. Os alunos recebem aulas teóricas e de instrumentos de corda, sopro, piano, bateria, percussão e canto, em três aulas semanais. As crianças principiam com a Introdução Musical e a clientela adulta inicia com a Percepção, além de outras disciplinas como História da Música, Harmonia, Música de Câmara, Música Popular Folclórica e o Estágio.

Para se tornarem profissionais, os alunos podem escolher qualquer curso dentre os oferecidos pela escola, dentre eles: violino, violoncelo, viola, violão erudito e popular, contrabaixo acústico e elétrico, bandolim, cavaquinho, guitarra, piano erudito, clarineta, saxofone, flauta doce e transversal, trompa, trompete, trombone, bateria, percussão e canto. Cada aluno tem direito de estudar somente um instrumento durante todo o curso.

Foi nesta escola, então, que iniciaram-se as atividades dessa pesquisa, em 19 de Agosto de 2010. Primeiramente, foi feito um reconhecimento do espaço físico da escola, o ambiente da sala de aula, depois, conheceram-se os professores com os quais seria realizado o estágio e, sobretudo, os alunos. A princípio não estava programada a ministração de aulas, mas sim penas a observação do contexto escolar em que se daria o estágio.

Após o reconhecimento do lugar e das pessoas com as quais o estágio seria atuado, iniciou-se a fase de observação das aulas. A partir delas foram feitos registros diários minuciosos, que foram apresentados no Anexo (ANEXO A).

No contexto das observações que fizemos, é importante ressaltar que o estágio foi realizado na turma de Básico Adulto III, composta por alunos regularmente matriculados no ensino médio ou para aqueles que já concluíram essa modalidade de ensino. As aulas aconteceram duas vezes por semana, em uma carga horária de três horas, no turno matutino. Foi importante trabalhar em sala climatizada, pois atenuou grandemente os barulhos vindos de fora.

Os alunos da turma, na qual foi realizado o estágio, tinham média de idade de 18 anos. Havia por volta de treze alunos na turma, sendo que nem sempre todos eles estavam presentes nas aulas.

Quanto ao planejamento das aulas, pode-se dizer que todas apresentaram três momentos: aquecimento e *vocalise*, ditados rítmicos e ditados melódicos. Para o aquecimento, eram realizadas, inicialmente, atividades corporais variadas, utilizando braços, pescoço e coluna. Posteriormente, era realizado o *vocalice* com exercícios de impostação da voz. Os ditados rítmicos e melódicos foram crescendo em nível de dificuldade, na medida em que aulas progrediam, como será mostrado, a seguir, com alguns exemplos. Cabe ressaltar que a base da segunda etapa foram os exercícios rítmicos de Pozzoli (1983)⁵, os quais foram

⁵ Heitor Pozzoli (1873-1957) foi um renomado pianista italiano, compositor e autodidata. Tornou-se famoso pela elaboração de um Método de Solfejo e Ritmo amplamente reconhecido no mundo todo.

utilizados depois, colocando uma melodia ao ritmo estabelecido de acordo com a série estudada.

É interessante deixar registrado, que as aulas foram realizadas às terças-feiras com duração de 2 horas e às quintas-feiras com 1 hora.

5.1 O relatar das suas aulas

Em certa ocasião, o professor responsável pela turma solicitou que fosse ensinado o conteúdo “Escala Maior”. Ao ser questionado se os alunos tinham o conhecimento de intervalo e de imediato, o professor respondeu que sim.

Na semana seguinte, como demonstra o plano de aula (ANEXO B), de início, foi solicitado que os alunos anotassem o conceito de “escala” no caderno e em seguida, justificou-se esse conceito no quadro pautado, utilizando a escala de Dó maior como referência. Percebeu-se, então, que no transcorrer da explanação, os alunos demonstravam atenção à aula, revelando que aquele conteúdo era difícil e que nunca havia sido estudado por eles. Interrompeu-se por um pequeno momento a aula, pois o semblante dos alunos não estava satisfazendo as expectativas. Perguntou-se aos alunos se estavam entendendo o assunto. A resposta foi positiva, porém não foi sentida essa afirmação por parte de todos os alunos, havia um que demonstrava ainda não ter entendido, então, se explicou de outra maneira.

Dentre as várias informações acerca do assunto ensinado, apontam-se ainda as seguintes informações essenciais: os graus mais importantes da escala (I, IV e V), primeiro e segundo tetracorde.

A outra maneira de explicação se deu da seguinte forma: deu-se as costas para a turma e colocou-se a mão esquerda e direita no quadro simbolizando uma distância (identificou-se que o aluno tinha dificuldade no assunto “Intervalo”). Adotou-se como exemplo, o intervalo de dó-ré, explicando que há um tom nesse intervalo. Escreveu-se a nota *dó* no quadro e colocou-se a mão esquerda bem um pouco abaixo, o mesmo foi feito com a nota *ré*, porém com a mão direita. Um “faz de conta” era feito para representar um sustenido no *ré*, logo em seguida, afastava-se um pouco mais a mão direita ainda para a direita, dando a entender que a distância intervalar ficou um pouco mais distante em relação ao *dó* (na mão esquerda). E assim fez-se em toda a escala de *dó*.

Depois de montada toda a escala de dó maior, e de ter sido apontado onde se encontrava a distância de tom e semitom (quais os graus da escala que os caracterizava), sugeriu-se então que fosse feita a próxima escala e que essa ficasse semelhante no que diz respeito à estrutura Dó maior.

Foi feito, então, o seguinte: por se tratar de um dos graus mais importantes da escala, pegou-se o quinto grau da escala de Dó maior, que nesse caso é o Sol. Montou-se então toda a escala de Sol maior, comparou-se com a estrutura de Dó maior e ao final, um aluno identificou que tinha algo de diferente no sétimo grau. Nesse momento, solicitou-se que o aluno que estava com dificuldades em intervalo apontasse onde estava o erro, e ele respondeu: “houve um deslocamento nas sequencias de tom e semitom”.

Afirmou-se para esse aluno que tinha uma maneira de deixar de acordo com o modelo que era justamente mudar a entoação do sétimo grau revelando a altura da nota em um semitom.

A outra maneira de descobrir qual a próxima escala foi feita da seguinte forma: dividir a escala de dó maior em dois tetracorde. O primeiro corresponde às notas Dó, Ré, Mi e Fá, e por sua vez, o segundo, Sol, Lá, Si e Dó. Foi explanado que, caso fosse isolado o segundo tetracorde, corresponderia ao primeiro tetracorde da próxima escala.

Outro ponto que chamou a atenção no decorrer do estágio foi quanto às aulas de “Rítmico” e “Ditado Rítmico”. Os alunos estavam habituados a metodologia em que o professor titular marcava o “compasso ternário” com as mãos no compasso 6/8 da Oitava Série do Pozzoli (ANEXO C), utilizando o “compasso ternário” como se fosse a unidade de tempo, isto é, as 3 colcheias, portanto, formando um tempo da unidade de tempo, eram executadas da seguinte forma: a primeira colcheia era tocada no “chão”, a segunda na “diagonal” e a terceira em “cima”.

Percebeu-se que a atividade estava muito mecânizada e sem fluidez de movimento. Apresentou-se uma proposta: que todos os presentes na sala de aula marcassem o compasso como se estivessem no compasso “unário”⁶ (fazer nota de rodapé explicando o que é unário, procure o dicionário).

⁶ Em música, refere-se ao compasso cuja métrica pertence a “um tempo”.

Retirar a proposta de marcação do “compasso tenário” foi um pouco ousado, a maioria dos alunos não gostou da ideia, justificando-se que era mais difícil de fazer o ritmo. Respondeu-se dizendo que é fácil e que não custa colocar em prática o ritmo, fazendo no andamento bem lentamente.

No começo, eles acharam bem difícil ter que fazer a marcação dos tempos de forma retilínea, pois estavam habituados naquela didática. Foi feito o exercício binário composto da Oitava Série do Pozzoli (dizendo a sílaba TÁ), no entanto, quando se chegou à hora de fazer o ternário composto, pediu-se que eles batessem na cadeira com um toque bem leve com uma moeda ou tampa da caneta ao invés da sílaba TÁ.

Faltando 20 minutos para o término do horário, propôs-se que fizessem um ditado rítmico com o mesmo nível de desenvolvimento da Oitava Série.

Segue abaixo o ditado rítmico que foi realizado nessa aula:

Figura 1 – Ditado rítmico⁷



⁷ A Clave de Fá e o Pentagrama acima são meramente didáticos para esta pesquisa.

6 CONCLUSÃO

Como foi demonstrado anteriormente, com os desafios em interagir com os alunos e, vez por outra, lembrando-se dos pedagogos musicais⁸ que foi estudada no meio acadêmico, cada um com suas particularidades, percebeu-se que não utilizá-los, em sala de aula, tornou-se difícil o trabalho de alguns conteúdos. No entanto, tentou-se, da melhor maneira possível, utilizando um nível de expressão que fosse acessível para o melhor entendimento da turma.

Nota-se, então, que a metodologia pedagógica da Manossolfa⁹, defendida por Kodaly esteve em um pequeno fragmento na pesquisa, não no sentido da utilização do solfejo (reprodução de uma melodia de forma afinada no canto), mas sim no emprego do tato como ferramenta, isto é, o emprego da extremidade do membro superior como suporte para o conteúdo de ritmo.

No tocante ao estágio, pode-se identificar que o indivíduo é um “pré-profissional” à carreira a qual pretende atuar futuramente, sendo que a “pré” atuação como tal é regida por legislação específica quanto à carga horária, grau de instrução do estagiário (nível fundamental, médio e/ou técnico, e superior) e obrigatoriedade do estágio.

Por um lado, a teoria serve como base para a prática, uma vez que é responsável pelo conceito ou organização de métodos. Em contrapartida, a prática dá apoio para a teoria no que diz respeito ao aprimoramento da ação concreta.

É oportuno acrescentar ainda, que a Universidade está contribuindo, eficazmente, com o seu papel de formar cidadãos, produzir conhecimento, gerar pensamento crítico, contribuir para o desenvolvimento profissional do indivíduo, entre outros. Ao se dizer isso, percebe-se que a teoria que se aprende e se desenvolve no ambiente acadêmico possui relação muito próxima com a realidade do mundo afora, pois é nesse contexto que é posto em prática tudo que é aprendido teoricamente.

Por fim, entende-se que o estágio supervisionado por um profissional da área de atuação é um recurso utilizado para o início de uma carreira a qual se quer alcançar.

⁸ Émile Jaques-Dalcroze, Zoltán Kodály, Carl Orff, Edgar Willemse e outros

⁹ Sistema de solfejo tendo como base a organização dos dedos das mãos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Geisa et al. Estágio: um diálogo entre teoria e prática. **Revista de Estudos Linguísticos e Literários**, Patos de Minas, p. 32-40, nov. 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 45/1972. Normas para a organização e realização de estágio de alunos do Ensino Médio e da Educação Profissional. 1972. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb35_03.pdf>. Acessado em: 3 jul. 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9.394/1996. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e do Emprego. **Cartilha Esclarecedora sobre a Lei do Estágio (Lei nº 11.788/2008)**. 2008. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/politicas_juventude/cartilha_lei_estagio.pdf>. Acesso: 25 set. 2012.
- BURIOLLA, Marta A. Feiten. **O estágio supervisionado**. São Paulo: Cortez, 1995.
- _____. **O estágio supervisionado**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Ana Maria. **Concepções orientadoras do processo de aprendizagem do ensino nos estágios pedagógicos**. In: MODELOS E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES, 2001. Lisboa. **Colóquio...** Lisboa, Portugal: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, 2001. Disponível em: <<http://www.educ.fc.ul.pt/recentes/mpfip/pdfs/afreire.pdf>>. Acesso em: 9 jul. 2012.
- HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. CD-ROM.
- MENDES, Bárbara Maria Macêdo. **Novo olhar sobre a prática de ensino e o estágio curricular supervisionado de ensino: (re) significando experiências formativas**. 2006. Disponível em: <http://www.ufpi.edu.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/2006.gt2/GT2_2006_18.PDF>. Acesso em: 9 jul. 2012.
- PIMENTA, Selma Maria Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. Revisão técnica de José Cerchi Fusari. São Paulo: Cortez, 2004.
- PIMENTA, Selma Maria Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teórica e prática?** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- POZZOLI, Heitor. **Guia teórico prático para o ensino do ditado musical**. São Paulo: Ricordi, 1983.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. **Filosofia da práxis.** Tradução de Luiz Fernando Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SAVIANI, Demeval. **Pedagogia histórico crítica:** primeiras aproximações. 9. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SCHMELING, Regina Coeli de Oliveira; ESPEZIM JUNIOR, Sergio Roberto Mota; GONÇALVES, Bruna de George. Abordagem de alguns gêneros musicais no Brasil durante estágio supervisionado: suas origens, transformações e peculiaridade. In: CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MUSICAL, 20., 2011, Vitória. **Anais...** Vitória, 2011. CD-ROM. p. 336-348.

SILVA, Ilézi Luciana Fiorelli. **A formação de docentes da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, em nível médio, no estado do Paraná.** Documento para organização do Curso de Formação de Professores em nível Médio na Escola Pública do Paraná. 2003. Digitado.

SOUSA, Elizete Moraes. **O estágio supervisionado como locus para aquisição de competência no curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão.** 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Metodologia do Ensino Superior) - Universidade Federal do Maranhão, 2003.

TOURINHO, Irene. Atirei o pau no gato mas o gato não morreu... divertimento sobre estagio supervisionado. **Revista da ABEM**, Porto Alegre, n. 2, p. 35-52, jun. 1995. Disponível em: <http://www.abemeducacaomusical.org.br/Masters/revista2/artigo_5.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. CONSELHO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO. Regulamento de estágio dos cursos de graduação: minuta da Resolução nº 684/09. Regulamenta as atividades de estágio obrigatório e não-obrigatório desenvolvidas como parte do currículo dos cursos de graduação, e sua realização junto às instituições concedentes. São Luís: UFMA/Departamento de Desenvolvimento e Organização Acadêmica/Divisão de Cursos de Graduação e Estágio Curricular, 2009. Texto não publicado.

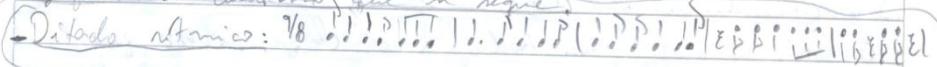
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. CONSELHO DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO. Resolução nº 90/99, de 9 de fevereiro de 1999. Aprova as Normas Regulamentadoras do Sistema de Registro e Controle Acadêmico dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Maranhão e dá outras providências. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 1999.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A prática pedagógica do professor de didática.** 11. ed. Campinas, SP: Papirus, 2008.

ANEXOS

ANEXO A – Registros diários

19/08/20 <u>Solfço / ditado M&M</u>	
<u>9:00 às 10:00</u>	<u>Básico ADULTO III Prof. Charles</u>
	<p>No final do momento aquecimento corporal: Cabeça (9/parte), 9/tronos, 9/ os lados), ombros, respiração (soltos em sinal de "S", tensão lenta e etc)</p>
	<p>Altura é baixa degrau em média das alunas "corridante" é 18cm</p>
	<p>13 alunas no máximo (têm 1 que foge na UFMA)</p>
	<p>Vocais: estão sentadas, em harmonia com a coluna invertidas nas cadeiras (estão certas). Têm quatro com Panta Musical</p>
	<p>2 mulheres (Viviane não fala)</p>
	<ul style="list-style-type: none"> • 10 alunas presentes... toda hora chega aluna que foge • Sólo climatizada. Não dá pra ouvir som que vem de fora • 20 minutos de vocalização • Música Kodály de solfço (memorizada), com outra vertente • Solfço 3ª série. Primeiramente prof. Charles foge; leitura de primeiros votos com divisão (com a altura definida), em seguida ele faz a primeira parte do exercício no piano... leitura de "primeiros votos" com altura definida. (Consonante binária? DOM?) • Foi dividido 2 grupos de 3 e 1 grupo de 4. Baixo, tenor e sopros. • Todos cantavam o solfço todo. Depois era dividido: cada estrela com um grupo... digitalmente. Prof. (Charles) reconhecia no piano. Quando terminava, ele tocava todo musical com a harmonia juntas contudo • Solfço N° 4 - $\frac{2}{4}$ TOCA-PEIRA - 9:00 às 11:00 • QUINTA-PEIRA - 9:00 às 10:00 • Solfço N° 6 • Ex. 2 compassos por grupo; em seguida o grupo foge repetindo esse compasso, depois o prof. escolhe outro grupo para fazer outro compasso... Piano é afinal? • Ditado M&M prof. foge o que na hora de canto o ditado musicaliza dos alunos... depois ele olha uma prof. em onde está escrito quem acertou. Em seu último vai ao quadro escrever a melodia

Fim de ano) EMER 24/08/10
 → 9:00 - 11:00. Básico Aluno III Prof. Charles
 Concurso Coroado. 8º Série. 9/8. ritmo. Pozzolini.
 O professor fez a lição toda, com alguns alunos lendo. Ele não
 sabia tentar acentuar os sons. (2x)
 • 9/8 → (2x) a lição | 20m no maximo
 7 alunos chegaram no horário
 • 6 alunos tiveram o material de ritmo. (não tem caneta e caneta), mas
 esteve com o colega. Quando o aluno se perde o professor pede, para
 dizer qual o compasso que se segue.
 (Distado ritmico: 9/8 
 Ele sóbrou o caderno de 1º rod., se o aluno errar ele tira a dinâmica com ele, que
 é certa de chama pra lá ^{status!} se quiser.
 • Um compasso de cada vez. 20m maximo

DITADO RÍTMICO MÉLODICO (Sem Piano)
 • O professor manda que vai só qual é... 20m maximo

Metro em Confusão? (não estava na proposta), mas - - -, ouv. Charles
 tem consciência disso. P/queimá-lo - - -

ESCALA menor (Harmonica e Melodina)
 • O professor pergunta que é o círculo maior e relativo? /maior de X men. /maior
 natural de escala menor? /maior alterado na harmonica? /maior na
 melódica?

 A maioria dos alunos se concentram no fundo da turma.
Síntese

- (Quinta-feira) ÈMEM 9:00-10:00 26/08/10
- Aquecimento vocal (uso do piano). Aquecimento em STACCATO (ô) [fin]
 - Pozzoli III e IV, Pag. 64 (solfegio). N° 07, N° 50
 - Faz uma canção: ém 4/4, 1º motivo, canto de 2 compassos, em Dó maior, 2º motivo cantando em língua terminando em Lá.
- (Terça-feira) ÈMEM 9:00-11:00 31/08/10
- DIVISÃO: 8 = Série 9/8
- 7 alunos chegaram pontualmente. Cabe dia um dia novo?
 - Letras 1º v. ta.
 - Unidade de tempo: → no caso de compasso composto.
 - Em outros momentos: é feito a divisão toda, depois fazendo 2 compassos na metade, e os mesmos 2 compassos batendo ... assim vai até terminar a lição toda. 12/8
 - Domingo: Um aluno diz o nome da lição a um outro (essas são respostas) para dizer qual o compasso. (III, II, I) → certo
 - Não acredite que foi feito p/ casa (canções) mas não se preocupe
não é só quando ... mas sim identificar qual é a barra de tempo de um compasso (seja qual for)

Almada eu (Arrow) fui falar a minha concordia no quarto, um aluno identificou uma melodia pentatônica.

~~Almada em (Arrow) fui falar a minha concordia no quarto, um aluno identificou uma melodia pentatônica.~~

~~Notas~~

9:00 - 10:00

EMFM

02/09/10

- Movimento: Poco; em círculo (of dados direito & esquerdo) ff neg, 3/frente • Segundo: forte, fz, dados
- Movingo os braços
- Movingo da voz (legato e staccato)
- Pozzoli 3º nível N° 11. Minimamente sustentação das notas. Dever salvo, sendo que cede, quando da alma foz 2 compassos, ou seja, quando todos cantam os 2 compassos que volve quando da alma fizer... e (mentir) fomos pra reunião. // cada grupo de alma só termina a etimologia Pozzoli: 3º nível N° 12.

Depois de vai pra reunião

• DIÁDIA

Estágios

- Envio horários. ? / BENETT. Qual horário na Cachia? Segunda 9:30/11:00
- Estágio (I, II, III ou IV) Sente 8:00, 9:30
 - Concedente (Escola)
 - Dia da Semana
 - Horários (Início - fim) Significativa

ANEXO B – Plano de aula

PLANO DE AULA

Dados

Escola: Escola de Música do Estado do Maranhão "Lilah Lisboa de Araujo"

Professor: Ayron Teixeira Rocha

Ensino Médio: Faixa etária: 18 anos

Disciplina: Teoria Musical

Tema: Escala Maior

Duração da atividade: 45 minutos.

Objetivos Específicos

1. Conhecer a formação das escalas maior, especialmente com os sustenidos;
2. Identificar os tons e semitonos da escala maior;
3. Comparar os 2 tetracordes da escala maior.

Procedimentos Metodológicos

1. Conceituar escala maior;
2. Escrever no quadro a escala de Dó maior e explicar o intervalo existente entre os graus em conjunto (Dó-Ré, Ré-Mi, Mi-Fá...);
3. Apontar as características da escala maior;
4. Tocar ao piano a escala construída ascendente e descendente;
5. Explicar onde está o primeiro e segundo tetracorde;
6. Justificar a relação existente entre o primeiro e segundo tetracorde;
7. Converter o segundo tetracorde da escala de Dó maior em primeiro tetracorde da nova escala;
8. Identificar, inicialmente, junto com os alunos a falha dessa nova escala e corrigi-la;

Recursos

- Quadro pautado e pincel;
- Piano

Avaliação

- Atenção;
- Participação;
- Assiduidade

Bibliografia

- MATTOS PRIOLLI, Maria Luisa de. *Princípios Básicos da Música para a Juventude*. Vol 1. 39º Ed. Revista e atualizada. Rio de Janeiro. 1998
- CARDOSO, Belmira e MASCARENHAS, Mário. *Curso Completo de Teoria Musical e Solfejo*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Irmãos Vitale, 1973.

ANEXO C - Compasso 6/8 da Oitava Série do Pozzoli

- 35 -

OITAVA SÉRIE

PROPOSIÇÕES RÍTMICAS FORMADAS PELA UNIDADE DE TEMPO



 E PELOS GRUPOS
 